

-----**ATA N.º 21/2018**-----

-----Aos 31 dias do mês de outubro de 2018, pelas 10h, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu Extraordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, Carlos Manuel da Fonseca Ascensão, estando também presentes os Senhores Vereadores: -----

-----José Albano Pereira Marques;-----

-----António Graça Silva;-----

-----Bruno Alexandre Castro de Almeida;-----

-----Júlio Manuel dos Santos.-----

-----A reunião foi secretariada pela Técnica Superior da Secção de Apoio aos Órgãos Municipais, Isabel Maria do Nascimento Inocêncio Silva e coadjuvada pela Assistente Técnica Marina Isabel da Silva Chagas. -----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**1. SECÇÃO DE CONTABILIDADE**-----

-----**ASSUNTO: ORÇAMENTO E GOP'S 2019**-----

-----Foi presente informação da Secção de Contabilidade, com registo n.º 3469, de 26/102018, relativamente ao assunto em epígrafe, para análise e aprovação do Executivo, documento cuja cópia se anexa a esta ata (1), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----Esteve presente nesta reunião, o responsável pela Secção de Contabilidade, Dr. José Tavares, para prestar os esclarecimentos necessários.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** fez uma breve explanação sobre o assunto, começando por dizer que estão perante um documento onde irão discutir o basilar da vida da Autarquia e dos munícipes, no entanto esta será a chave de um trabalho a desenvolver ao longo do ano que vem. Tendo em vista a satisfação das necessidades do Concelho de Celorico da Beira, torna-se imperativo o equilíbrio e uma previsão anual das despesas a efetuar e das receitas a arrecadar pelo Município, de acordo com os princípios legais vigentes. Este orçamento tem em conta vários pressupostos, salientando a prioridade nos investimentos previstos na área da educação, no património não só histórico, mas também cultural e nos compromissos do equilíbrio financeiro, o que os obriga a um conjunto de procedimentos de grandes responsabilidades e que também lhes traz alguns constrangimentos.-----

-----Porém, existem também outras questões que merecem toda a atenção, tais como as de âmbito social pelas grandes necessidades que existem no concelho e todas as questões que tenham a ver com a necessidade de procurar investimento, para a necessidade de se criarem postos de trabalho no nosso Concelho.-----

-----Continuou dizendo, que existem também outros custos que têm de ser suportados, os custos com o pessoal que, são incontornáveis e que nesse caso envolve um acréscimo, nomeadamente por todas as circunstâncias que estão ligadas às posições políticas nacionais, nomeadamente progressão nas carreiras e descongelamentos. O que traz um significativo acréscimo de custos para a Autarquia, que neste momento ainda não são rigorosamente calculáveis, só em 2019 é que poderão ser tidos em conta.-----

-----Disse ainda, que todo este processo envolvente não traz grandes alterações, relativamente áquilo que é o passado em termos de quadros da Câmara e recursos humanos, no que concerne as possíveis mobilidades e as reformas de funcionários. Mas a grande diferença, o grande custo e o grande esforço que se coloca, diria mesmo o único em termos de pessoal, tem a ver sobretudo com a questão do descongelamento das carreiras.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu a palavra ao Técnico, Dr. José Tavares, para uma explicação mais técnica sobre o assunto.-----

-----O Técnico começou por explicar que é da responsabilidade da Câmara Municipal através do seu Órgão Executivo, a elaboração de documentos previsionais (Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal) assentes no princípio da autonomia financeira e administrativa dos Municípios, devendo estes ser aprovados pelo Executivo e submetidos à Assembleia Municipal para votação até 31 de outubro de cada ano, nos termos da Lei.-----

-----O Orçamento é um documento contabilístico que deverá definir as estratégias de desenvolvimento do Concelho no curto e no médio e longo prazo, estando refletidos no mesmo todos os encargos previstos para o ano a que diz respeito, bem como as receitas para cobrir essas mesmas despesas de acordo com os princípios de equilíbrio orçamental previsto no RFALEI – Regime Financeiro das Autarquias Locais. Estão refletidas nas Grandes Opções do Plano – GOP’s todas as despesas do Município, ou seja, todas as rubricas orçamentais genéricas estão previstas nas GOP’s, para além dos projetos específicos que normalmente as compõem. -----

-----Continuou dizendo que, a situação financeira do Município de Celorico da Beira ao longo de vários anos obrigou a que o mesmo recorresse aos mecanismos de recuperação financeira previstos na Lei, nomeadamente o saneamento financeiro. A Assembleia Municipal aprovou a 14 de setembro de 2017 um plano de saneamento financeiro no valor de

11.592.670,82€, que visava liquidar dívida em atraso através da contratação de empréstimos, e que estabelecia os limites orçamentais do Município para um período de 14 anos. Os empréstimos em causa receberam visto do Tribunal de Contas a 7 de junho do corrente ano de 2018, tendo sido os montantes já utilizados, pelo que o Município está obrigado ao cumprimento do estipulado no plano de saneamento financeiro e apresentar relatórios semestrais sobre a sua execução à Assembleia Municipal. Assim, o orçamento agora apresentado tem em consideração os princípios previstos nesse mesmo plano, nomeadamente os limites à receita e despesa, sendo estes valores ultrapassados apenas nas situações devidamente fundamentadas, tais como imposições legais, ou obtenção de receitas adicionais. -----

-----As GOP's são a junção de outros dois mapas orçamentais, as Atividades Mais Relevantes - AMR's e o Plano Plurianual de Investimentos – PPI, sendo o PPI o mapa onde apenas constam despesas de capital, nomeadamente o investimento relacionado com aquisição de património para o Município onde se inclui por exemplo as obras e equipamento variado. O Orçamento e o respetivo plano plurianual de investimentos – PPI agora apresentados apresentam um grande valor de investimentos financiados por fundos comunitários, à semelhança do que tem acontecido em anos anteriores. Esses investimentos resultam de diversas candidaturas apresentadas no âmbito do Portugal 2020. O PPI prevê só para 2019 cerca de dois milhões e meio de euros de investimentos cofinanciados, sendo a maior parte dos projetos financiados a 85%, projetos esses que serão detalhados mais à frente aquando da análise da despesa. A execução destes projetos está dependente da aprovação das respetivas candidaturas e dos fundos disponíveis do Município para assumir as componentes nacionais nos termos da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso -----

-----O Orçamento para 2019 ao contrário dos anos anteriores não reflete um montante elevado de dívidas em atraso, visto que a maior parte foi liquidada em 2018 com os empréstimos de saneamento financeiro. -----

-----Este Orçamento que está a ser discutido tem algumas diferenças face aos anos anteriores. Em termos globais um Orçamento em cerca de 12.798.539€, o que logo à partida contrasta com os Orçamentos dos anos anteriores, porque o Orçamento de 2018 foi cerca de 23M€, porque incluía dívida que estava em atraso e que estava no âmbito do processo de saneamento financeiro. Situação essa que foi resolvida este ano com a obtenção do visto do Tribunal de Contas, e que permitiu ao Município liquidar a maior parte das dívidas que tinha em atraso. Isso implica que para o próximo ano, se irá ter uma redução na dívida face a 2018, mas por outro lado temos um incremento nas despesa de capital com empréstimos, em que vamos ter de mobilizar os empréstimos que foram obtidos para liquidar essa dívida. -----

-----Esse será um ponto a ter em atenção na execução do Orçamento do próximo ano, porque vai ser o primeiro Orçamento que o Município vai executar sem dívida. -----

-----Relativamente às receitas, as mesmas foram calculadas de acordo com a média dos últimos 24 meses e também de acordo com as previsões de receita cobrada incluídas no plano de saneamento financeiro. As únicas receitas previstas no Orçamento que não estão de acordo com o plano de saneamento são as receitas dos financiamentos comunitários que variam consoante os investimentos previstos, bem como, as rendas em atraso por parte da empresa Águas do Vale do Tejo relativa às cedências das infraestruturas (283.790€) e as transferências estatais. -----

-----Em 2019 dever-se-á realizar uma revisão orçamental para transitar o saldo orçamental de 2018, que constituirá uma eventual receita adicional,

mas que só poderá ser tida em consideração após o encerramento das contas de 2018. -----

-----Os fundos comunitários a receber foram calculados de acordo com as participações a atribuir nas candidaturas que se prevê que sejam aprovadas e/ou executadas. Aquando da análise da despesa serão discriminados os valores mais relevantes de receita por projeto. -----

-----No que concerne às despesas correntes, as relativas a bens e serviços foram calculadas tendo em conta a média da despesa dos últimos doze meses, à exceção das situações cujas despesas estão previstas em contratos onde se previu as despesas dos compromissos plurianuais. Os encargos com juros foram calculados de acordo com dados fornecidos pelas instituições bancárias, bem como uma estimativa para eventuais juros moratórios que deverá ser ajustada ao longo do ano de 2019. As rubricas de despesas com pessoal foram dotadas tendo em conta o Mapa de Pessoal para 2019 elaborado pela Secção de Recursos Humanos, que também deverá ser aprovado pelo Executivo e remetido à Assembleia Municipal. No entanto, face ao ano de 2018 existe uma diferença, que diz respeito ao descongelamento das progressões das carreiras. Ou seja, basicamente são cerca de 81 mil € a mais previstos nas despesas com o pessoal numa rubrica específica. -----

-----Estão previstas despesas correntes com os diversos eventos a realizar em 2019, com base nas informações fornecidas pelas diversas secções do Município. As transferências foram orçamentadas de acordo com valores a transferir para associações e apoios a conceder a particulares, tais como bolsas de estudo e programas ocupacionais cofinanciados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional. -----

-----As rubricas de despesas de capital foram dotadas de acordo com informações relativas a obras e projetos a decorrer, bem como de acordo com as obras a que o Executivo se propõe a realizar entre 2019 e 2021, podendo estas rubricas serem verificadas no PPI, sendo que grande parte das despesas só serão realizadas se as mesmas forem efetivamente

cofinanciadas por fundos comunitários. Dentro das obras que o Município se propõe a realizar em 2019 e 2020, deve-se salientar a continuidade face a 2018, nomeadamente na prioridade aos investimentos na área da educação, nomeadamente a requalificação das escolas EB1 da Lageosa do Mondego e de Santa Luzia, bem como a reconstrução da Escola EB 2/3 Sacadura Cabral, cujos investimentos previstos totalizam 2.377.342,90€. No seguimento dos investimentos a efetuar ainda em 2018 na requalificação de infraestruturas de saneamento no valor de 425.468,02€, que visaram a requalificação de diversos sistemas de tratamento de águas residuais no Concelho, ainda está previsto para 2019 um investimento em mais duas ETAR's, bem como estão previstos investimentos na eficiência energética, na requalificação e conservação do património, acessos Wi-Fi em Linhares da Beira e centro histórico de Celorico da Beira, acessibilidades em Linhares da Beira, bem como na modernização dos serviços administrativos do Município. -----

-----O Orçamento da despesa a aprovar para 2019 tem um valor global de 12.798.539€, inferior em cerca de 10.161.859€ face ao Orçamento inicial de 2018, visto que a dívida que existia em 2018 foi quase eliminada com a obtenção dos financiamentos do saneamento financeiro. -----

-----A nível da receita o valor é também de 12.798.539€ tendo em consideração a necessidade de equilíbrio orçamental, de acordo com o previsto no POCAL. O equilíbrio orçamental de acordo com a nova Lei das Finanças Locais tem em consideração o conceito de amortizações médias de empréstimos, que somadas às despesas correntes deverão ser inferiores às receitas correntes do próprio ano.-----

-----Este Orçamento tenta de uma forma equilibrada e ponderada prever a atividade do Município em 2019 numa perspetiva de continuidade. As restrições orçamentais continuam a limitar a atividade do Município devendo-se ter em consideração o cumprimento do plano de saneamento financeiro, bem como as imposições legais. Nessa matéria, o Orçamento de Estado para 2019 prevê algum aumento de receita para o Município,

mas por outro lado deve-se desde já ter em conta os eventuais aumentos das despesas com o pessoal, nomeadamente as atualizações salariais previstas e descongelamento das carreiras, cujos efetivos só serão conhecidos em 2019. Estes aumentos da despesa irão eventualmente absorver o saldo de gerência que irá transitar de 2018, pelo que poderão ser necessárias alterações ou revisões orçamentais no decorrer de 2019 neste âmbito. O objetivo orçamental para 2019 é conseguir uma execução superior a 85% tanto na receita como na despesa, não só pela imposição legal, como também para garantir a redução do endividamento da Autarquia através da amortização dos empréstimos nos termos do plano de saneamento financeiro.-----

-----De seguida, disse que de uma maneira geral é evidente a aposta na educação, na poupança de recursos e na conservação do património, que absorvem a maior parte do investimento previsto. Várias outras medidas estão a ser analisadas pelo Executivo no que diz respeito à eficiência dos recursos da autarquia, à atração de investimento empresarial para o Concelho, bem como projetos de apoio às famílias, estando algumas medidas já previstas neste orçamento, sendo que outras poderão ser incluídas quando os respetivos projetos estiverem definidos, tendo sempre em conta uma perspetiva plurianual e que vá de encontro aos objetivos definidos para este mandato autárquico. -----

-----Por fim, quis salvaguardar que para o próximo ano terão de transitar dívida de 2018, para 2019 e apesar do Orçamento estar elaborado no sentido de já calcular eventuais transições de dívidas poderá ter de haver a necessidade de logo no início do ano, se fazer uma alteração orçamental para ajustar o Orçamento para a dívida que é necessário transitar. -----

-----Só no final das contas de 2018, é que terão uma noção correta do saldo de gerência, ou seja, basicamente existe sempre uma diferença entre as receitas e as despesas que tem de ser contabilizado e que tem de ser transitado para a ano que vem e neste momento ainda não se consegue

saber quanto vai ser. Está-se a entrar no ano 2019, e essa é uma verba que o Município pode utilizar para distribuir nas rubricas da despesa. -----

-----Salvaguardou também que, tenham em consideração que para o ano irão ter, quase de certeza, incrementos com custos com pessoal, todavia esse saldo de gerência deveria ser utilizado para cobrir eventualmente imposições legais para esses custos. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** agradeceu a exposição do técnico, que considerou bastante clara e sóbria, dizendo também, que as pretensões deste Executivo são as de que haja sempre uma responsabilidade tanto pela parte política como pela parte técnica. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com três votos a favor, uma abstenção do Senhor Vereador Júlio Santos e um voto contra do Senhor Vereador José Albano Marques, aprovar o Orçamento e GOP's, para o ano de 2019.**-----

-----**Mais deliberou, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, para cumprimento do estipulado na alínea c), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/13, de 12/09, a proposta de Orçamento e GOP's para o ano de 2019.**-----

-----**Declaração de voto do Senhor Vereador Júlio Santos:** -----

-----“Não seria este o Orçamento que os Independentes - pela Nossa Terra apresentariam aos celoricenses, para o ano económico-financeiro de 2019; -----

-----Porém,-----

-----1 – Atendendo a que os celoricenses, nas últimas eleições autárquicas, optaram por este Executivo Municipal, minoritário à partida, mas atualmente maioritário;-----

-----2 – Atendendo a que o programa eleitoral do partido que atualmente governa a Câmara Municipal, era pouco ambicioso para o desenvolvimento do Concelho, e mesmo assim foi vencedor; -----

-----3 - Atendendo a que os celoricenses manifestaram, ter para o atual mandato, um Concelho mais vocacionado para o romantismo da vida pacata no campo, em vez de um Concelho economicamente desenvolvido;-

-----Mesmo não concordando, em respeito pela vontade da maioria do eleitorado para o presente mandato, o voto do Vereador eleito pelos Independentes - pela Nossa Terra, relativamente à proposta de Orçamento e GOP's 2019 que nos é apresentada, é no sentido da abstenção." -----

-----**2. SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**-----

-----**ASSUNTO: MAPA DE PESSOAL PARA 2019**-----

-----Foi presente informação da Secção de Recursos Humanos, com registo n.º 3475, de 26/10/2018, relativamente ao assunto em epígrafe, para análise e aprovação do Executivo documento cuja cópia se anexa a esta ata (2), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----Usou da palavra, o Senhor **Presidente da Câmara** para dizer que relativamente a este ponto não há grandes mudanças com o quadro atual da Câmara. As diferenças mais significativas, como já foi dito, são em termos financeiros, que foram causadas pela questão das mobilidades intercarreiras e do descongelamento das carreiras o que irá provocar um acréscimo significativo em termos de custos. -----

-----Acrescentou também que, existe uma continuidade relativamente às mobilidades, em que este ano, para além das mobilidades intercarreiras, houve também uma mobilidade entre Órgãos Autárquicos. -----

-----Na verdade em termos de custos, o que no momento se prefigura, considerando essas questões das progressões e dos descongelamentos de carreira é que, efetivamente existe um acréscimo de custos

comparativamente com o ano passado, resultando precisamente de um conjunto de situações. Alguns funcionários já se reformaram este ano e outros estão em situações semelhantes para o próximo ano, o que na verdade acaba por ser um motivo de preocupação, considerando o risco de que alguns setores venham a ter um défice de pessoal ao serviço nos próximos anos, porque para além de baixas médicas de longo prazo e pelo que sabe infelizmente irão continuar, há também um decréscimo significativo de pessoal ao serviço. -----

-----O Senhor **Vereador José Albano** relativamente a este assunto disse que, como as pessoas vão saindo à medida que vão ganhando direito à reforma, compreende que haja alguma preocupação para o futuro. No entanto, atendendo a que estão a sair assistentes operacionais a lógica seria apostar em mobilidades com a mesma categoria, o que não está a acontecer. Estão a meter assistentes técnicos, o que não vem de modo algum colmatar os lugares das pessoas que estão a reformar-se. -----

-----Assim, quis só deixar esta chamada de atenção, pois basta analisar o quadro privativo da Câmara Municipal para ver quantos assistentes técnicos existem e ver em que funções é que estão atribuídas A vinda de novos funcionários poderá ser uma mais-valia, mas à que acautelar a situação de assistentes operacionais que vão indo embora. -----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para dizer que, partilha parcialmente da intervenção do Senhor Vereador José Albano, pois na verdade o setor onde existe um maior défice é a nível dos assistentes operacionais, até porque, existem casos de baixas médicas prolongadas e que infelizmente por forças das circunstâncias não se prevê que em breve voltem ao serviço. -----

-----Nesse sentido, calcula-se que possa haver um desfalque, o que é preocupante. A realidade é que terão de olhar para esse setor e arranjar mecanismos para fazer esse equilíbrio, mas até ao momento, também

ainda não tiveram nenhum pedido de mobilidade ao nível de assistentes operacionais, nomeadamente de pessoas que sejam do concelho, que essa é sempre uma razão a considerar.-----

-----Disse ainda que, a nível de assistentes técnicos, existe um pedido de mobilidade de uma pessoa de Celorico da Beira, que desempenha funções fora do Concelho e que será, contemplada para ser efetivada já em janeiro de 2019, dentro de um quadro de necessidades e de ajustamentos que têm de ser feitos.-----

-----De seguida disse que, até mesmo em termos de mobilidades internas, existem algumas em curso que poderão ser, ou não, no final dos 18 meses consolidadas. Também já tem conhecimento de que, vão aparecer outras situações de pretensões de mobilidades, por força das circunstâncias, como habilitações literárias ou ambições de funcionários que legitimamente querem evoluir e para isso terão de mudar de categoria.

-----Serão situações sempre a considerar, decidindo no momento dar viabilidade ou não a essas pretensões, mas naturalmente essa é uma porta que nunca fecham, quando a situação é justa e havendo capacidade interna para as executar.-----

-----Para terminar, salientou que de facto é ao nível dos assistentes operacionais onde têm um défice maior. Neste momento, existem alguns constrangimentos, algumas limitações por força dos condicionalismos do próprio programa do saneamento financeiro, mas terão de arranjar formas para que dentro daquilo que são as capacidades e os compromissos que têm, responderem às necessidades que se colocam ao nível do Município. -

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com três votos a favor, uma abstenção do Senhor Vereador Júlio Santos e um voto contra do Senhor Vereador José Albano Marques, aprovar o Mapa de Pessoal para o ano de 2019, com a alteração incluída na proposta apresentada.**-----

-----Mais deliberou submeter esta proposta à aprovação da Assembleia Municipal.-----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

-----Os textos das deliberações constantes desta ata foram aprovados em minuta para efeitos de eficácia imediata.-----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram 12:00h e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Isabel Maria do Nascimento Inocêncio Silva, que a secretariei.-----

